



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1318/2025
(à MPV 1318/2025)

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de *Datacenter* – REDATA, e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.

Art. 1º. Altera-se a Medida Provisória n. 1.318, de 17 de setembro de 2025, nos seguintes termos:

“Art. 2º [...]

Art. 11-A [...]

§7º A pessoa jurídica que exerça preponderantemente a atividade de serviços de *datacenter* e que foi anteriormente habilitada para a utilização do REPES fica dispensada do cumprimento da implementação de projeto de instalação ou de ampliação de serviços de *datacenter* no território nacional previsto no caput deste artigo para fins de habilitação e fruição do REDATA.

[...]

Art. 11-C. Fica suspenso o pagamento dos seguintes tributos incidentes na venda no mercado interno e na importação de componentes eletrônicos, equipamentos, suas partes, peças e acessórios, e de outros produtos de



* CD 252530063400 *
ExEdit

tecnologias da informação e comunicação, quando destinados ao ativo imobilizado ou à utilização na prestação do serviço pela pessoa jurídica habilitada no REDATA:

- I - Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita;
- II - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação;
- III - IPI, incidente na importação ou na saída do estabelecimento industrial ou equiparado;
- IV - Imposto de Importação – II;
- V – Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, quando aplicável; e
- VI – Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, quando aplicável.

§ 1º A suspensão de que trata este artigo aplica-se às aquisições no mercado interno e às importações efetuadas por pessoa jurídica:

- I - habilitada ao REDATA; e
- II - coabilitada ao REDATA, nos termos do disposto no art. 11-A, § 2º.

§ 2º As operações de importação com suspensão de tributos poderão ser realizadas por conta e ordem de terceiro.

§ 3º A suspensão do pagamento dos tributos para a pessoa jurídica coabilitada aplica-se somente a produtos empregados na industrialização de produto de tecnologia da informação e comunicação a ser incorporado ao ativo imobilizado da pessoa jurídica habilitada ao REDATA, relacionados na forma do disposto nos § 4º, § 5º e § 6º.

§ 4º Na hipótese de pessoa jurídica habilitada, as suspensões de que trata o *caput* convertem-se em alíquota zero após:

- I - o cumprimento dos compromissos de que trata o art. 11-B, § 1º, incisos II, III, IV e V; e
- II - a incorporação do bem ao ativo imobilizado por um período mínimo de um (1) ano ou a utilização do bem na prestação do serviço pela pessoa jurídica beneficiária habilitada como prestadora de serviços de *datacenter*.



§ 5º Na hipótese de pessoa jurídica coabilitada, as suspensões de que trata o *caput* convertem-se em alíquota zero após a conclusão da operação de venda e a entrega do produto de tecnologia da informação e comunicação industrializado a pessoa jurídica habilitada.

§ 6º A suspensão dos tributos prevista neste artigo se aplica inclusive nas aquisições no mercado interno e nas importações de partes, peças e acessórios destinados à prestação do serviço ou ao bem registrado no ativo imobilizado de pessoa jurídica habilitada no REDATA.”

“Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos:

I - em 1º de janeiro de 2026, quanto às modificações introduzidas no [art. 11-C da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005](#); e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos, exceto pelo previsto no § 1º deste artigo.

§ 1º A pessoa jurídica que exerça preponderantemente a atividade de serviços de *datacenter* anteriormente habilitada no REPES poderá continuar usufruindo desse regime até a data do deferimento do seu pedido de habilitação no REDATA.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei 11.196/05), instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES), que concede incentivos fiscais com o objetivo



de fortalecer a competitividade das empresas brasileiras de tecnologia no mercado global. Esse regime possui um escopo amplo, abrangendo as empresas que prestem serviços na área de tecnologia da informação, inclusive serviços de *datacenter*. A Medida Provisória nº 1.318, de 17 de setembro de 2025 (MP 1.318/25), a seu turno, criou um regime específico para as empresas que desenvolvam serviços de *datacenter* (REDATA), com benefícios similares ao REPES. Para que não houvesse sobreposição de regimes especiais, os serviços de *datacenter* foram excluídos do REPES.

Ocorre que a MP 1.318/25 não deixou claro o tratamento das operações realizadas pelas empresas que desenvolvam serviços de *datacenter* e que atualmente estejam habilitadas no REPES, as quais inclusive já implementaram projetos de criação e ampliação de datacenters. A incerteza sobre essa situação em específico pode dificultar a utilização do REDATA pelas empresas de *datacenter* que já operam no Brasil e já programaram e estão implementando seus investimentos de médio e longo prazo no setor, gerando insegurança jurídica e até tratamento desigual com outras empresas que venham a entrar posteriormente nesse setor.

Dessa maneira, a fim de proporcionar segurança jurídica, facilitar a efetiva utilização do REDATA pelas empresas de *datacenter* que já operam no Brasil e reduzir o risco de um eventual contencioso decorrente da revogação imediata do REPES, propõe-se a alteração do artigo 5º da MP 1.318/25, para que a exclusão das empresas de *datacenter* habilitadas nesse regime produza efeitos somente a partir do deferimento de sua habilitação no REDATA.

Além disso, propõe-se a alteração do artigo 11-A da Lei 11.196/05, com redação dada pela MP 1.318/25. Esse dispositivo estabelece a implementação de “projeto de instalação ou de ampliação de serviços de *datacenter* em território nacional” como uma condição para habilitação no REDATA. A alteração proposta, por sua vez, visa esclarecer que as empresas que exerçam preponderantemente



as atividades de datacenter que já operavam antes da nova legislação e estavam habilitadas no REPES ficam dispensadas da exigência de projeto de instalação ou expansão desses serviços.

Esta emenda propõe, ainda, ajustes no artigo 11-C que trata das condições exigidas para suspensão dos tributos e sua posterior conversão em alíquota zero, como o estabelecimento de um prazo mínimo de um (1) ano para os bens beneficiados ficarem registrados no ativo imobilizado, o que traz mais segurança jurídica e clareza sobre quando a suspensão dos tributos poderá se converter em alíquota zero, além de também permitir que partes, peças e acessórios desses equipamentos que normalmente não são registrados no ativo imobilizado por conta da sua natureza, mas são igualmente utilizados na prestação do serviço de datacenter, possam usufruir dos incentivos do REDATA.

A emenda também propõe a inclusão dos novos tributos criados pela Reforma Tributária (CBS e IBS) nesse regime, de modo que os benefícios do REDATA possam se estender além de 31 de dezembro de 2026, quando está prevista a extinção do PIS/COFINS e a redução significativa do IPI, já que os projetos de *datacenter* normalmente são desenvolvidos em médio e longo prazo e a exclusão desses novos tributos restringiria drasticamente os efeitos positivos do REDATA ao longo do tempo, pois no cenário proposto pela medida provisória a aplicação do REDATA ficaria limitada, na prática, ao imposto de importação a partir de 1 de janeiro de 2027.

Adicionalmente, a emenda também propõe alterações no artigo 11-C para a excluir a exigência de ausência de similar nacional para suspensão do imposto de importação e retirar a exigência de que apenas os produtos relacionados em ato do Poder Executivo Federal possam usufruir dos benefícios do REDATA. Essas exigências têm o potencial de restringir demasiadamente o benefício e gerar disputas sobre a existência ou não de similaridade entre os produtos importados pelas empresas habilitadas no REDATA e os produzidos por



fabricantes nacionais, especialmente porque não se estabeleceu um procedimento próprio para essa verificação ou critérios objetivos para exame da similaridade entre os produtos nacional e importado, também qual seria a autoridade com poderes para fazer essa verificação sobre similaridade nacional, o que pode gerar insegurança jurídica e disputas administrativas e judiciais.

Por fim, previsão de que somente poderão usufruir dos benefícios do REDATA os produtos relacionados em ato do Poder Executivo Federal permite que o Poder Executivo, conforme sua discricionariedade, restrinja o alcance do benefício, ou até mesmo gere tratamento desigual entre empresas do mesmo setor habilitadas no REDATA por meio da inclusão de determinados bens no ato e a exclusão de outros, razão pela qual se faz necessária a exclusão dessa previsão, a qual não existe atualmente para o REPES.

Sala da comissão, 24 de setembro de 2025.

Deputado Rodrigo Valadares
(UNIÃO - SE)

